



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 20 de outubro de 2022

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na quarta-feira	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,46% São Paulo	112.072	R\$ 1.212	R\$ 5,274 (+ 0,37%)	R\$ 5,155	13,65%	13,66%	Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36 Setembro/2022 -0,29
0,33% Nova York	14/10 17/10 18/10 19/10						

CONJUNTURA

Guedes justifica rompimento do teto

Segundo o ministro, regra que limita as despesas do governo à variação da inflação foi mal construída, mas, mesmo com o governo desobedecendo a norma, tamanho do Estado na economia diminuiu. Para ele, país está iniciando nova etapa de crescimento

» RAFAELA GONÇALVES

Durante evento promovido por entidades dos setores portuário e de logística, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a atuação do governo na área fiscal, mesmo com o rompimento do teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação no ano anterior. Ele afirmou que o teto foi “muito mal construído” e alegou que as críticas ao furo da âncora fiscal seriam uma “má percepção do que aconteceu”.

O ministro disse que a regra fiscal tem um “espírito para corrigir a hipertrofia do Estado”. “No segundo ano, furamos o teto por causa da covid”, justificou. Segundo ele, apesar dos furos no teto, houve a manutenção ou redução do tamanho do Estado. “O governo gasta muito e gasta mal. Por isso, ninguém está apostando tanto nessa arquitetura fiscal como nós”, afirmou.

Guedes elencou uma série de ações da equipe econômica e enfatizou o papel do setor privado, repetindo que o modelo focado nos investimentos públicos já se consumiu. O ministro criticou o intervencionismo estatal, afirmando que “vem todo mundo para Brasília pedir favor em uma economia dirigida”. Em seguida, defendeu o modelo de economia de mercado, tendo o consumo como principal indutor. “O Brasil tem condição de ser uma economia de mercado de consumo de massa, por um lado. Essa transição é o que nós temos que fazer”, acrescentou.

Mercado

Na visão do ministro, o país reúne três condições para migrar para uma plena economia de mercado: dimensão territorial continental, um Produto Interno Bruto (PIB) maior do que US\$ 1 trilhão e mais de 100 milhões de habitantes. Guedes afirmou que, se o crescimento da economia doméstica continuar pelo próximo bimestre, a

expansão do PIB brasileiro será superior ao da China. “Nossa inflação caiu de 12,5% para 5,5% este ano e a deles está subindo; há desorganização do mercado na Inglaterra, greve na França, estagflação nos EUA. O Brasil possivelmente está crescendo mais do que a China. Se crescermos nos próximos dois meses, passamos a China também”, disse.

Ciclo de expansão

Guedes voltou a criticar ainda as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), que apontam desaceleração do crescimento da economia brasileira em 2023. Segundo o ministro, o Brasil está no início de um longo ciclo de crescimento, ao contrário da economia mundial, que está no final. Em sua projeção, a economia brasileira terá crescimento de 3% pelos próximos dez anos, se continuar na linha de atuação do atual governo. “Esta mensagem é muito clara. É até singela porque está acontecendo repetidamente”, disse. Ele afirmou também que subestimaram a democracia brasileira. “Estou absolutamente otimista a respeito do futuro do Brasil”, acrescentou.

Em alusão às eleições, Guedes afirmou que o Brasil está em um momento decisivo. Numa clara referência à campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), adversário do presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), o ministro disse que quem “fala de picanha e cerveja” não têm noção dos dados negativos na educação e no crescimento do país no passado.

Ele mencionou que o Brasil ficou em último lugar no Pisa, relatório referência em avaliação educacional no mundo, desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo ao qual Guedes tem como meta entrar. “Estamos saindo com uma dinâmica de crescimento próprio garantida, e tem gente sonhando em voltar à mediocridade anterior.”

Ronaldo Silva/Futura Press



Paulo Guedes: o Brasil tem condições favoráveis e pode crescer mais do que a China neste ano

IFI vê rombo de R\$ 103 bilhões

A prorrogação das desonerações tributárias sobre combustíveis e as despesas com o pagamento do adicional de R\$ 200 mensais por beneficiário do Auxílio Brasil aumentam a probabilidade de descumprimento das regras fiscais em 2023. De acordo com o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de outubro, divulgado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, o Governo Central pode ter um rombo de até R\$ 103 bilhões no próximo ano, montante superior à meta de déficit de R\$ 65,9 bilhões, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Pelos cálculos da IFI, o déficit seria bem menor, em torno de R\$ 4,5 bilhões, se as medidas originalmente temporárias de fato terminassem no fim deste ano. “O próprio orçamento do ano que vem já considera a prorrogação

dessas desonerações e benefícios tributários. Não foi formalizado ainda para o próximo exercício, mas já está previsto na peça orçamentária. Já a parte adicional do auxílio não está na LOA, mas aparece na mensagem presidencial que acompanhou o orçamento”, disse a diretora do IFI, Vilma Pinto, que também destacou que a manutenção do auxílio está entre as propostas dos dois candidatos à presidência.

Foram considerados dois cenários, o “base”, que é o mais provável, e o “alternativo”, que presume o pior resultado. Na segunda perspectiva, a IFI considerou que as receitas seriam mais baixas levando em conta a perspectiva de desaceleração da atividade econômica. “O alto nível de incerteza em relação ao cenário prospectivo exige cautela. Se, no cenário base, o governo consegue

cumprir a meta de resultado primário e o teto de gastos, nos cenários alternativos, o risco de descumprimento das regras, tanto do teto quanto do primário, se elevam”, diz o documento.

Para este ano, no cenário base, a instituição projetou superávit primário (receita menos despesas, sem contar as despesas com a dívida pública). Se for confirmado, o superávit de 2022 será o primeiro em oito anos.

Para 2023, no mesmo cenário base, a estimativa é de um déficit de R\$ 4,5 bilhões, que pode subir para mais de R\$ 100 bilhões no cenário alternativo. A IFI estimou que o adicional no Auxílio Brasil custaria R\$ 51,8 bilhões no ano que vem. No pior cenário considerado para 2023, o déficit primário da União poderá alcançar 1% do PIB e a dívida bruta, subir de 77,3% para 80,7% do PIB. (RG)

Praias polêmicas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que não pretende vender praias do país, mas apenas transferir ao setor privado terrenos da Marinha no litoral brasileiro. Em uma fala polêmica, no mês passado, o ministro havia criticado a proibição constitucional da venda de praias, que segundo ele poderiam gerar uma arrecadação de US\$ 1 bilhão em “áreas importantes”.

Ontem, Guedes voltou a tocar no assunto e disse que não propôs a venda de praias, mas de terrenos e imóveis, que pertencem à União, em frente às praias. “A praia é pública, todo mundo pode tomar banho de mar”, disse. “Só que tem hotel lá.” Segundo ele, as propriedades do governo são “terras valiosíssimas espalhadas pelo Brasil”.

Em clima de campanha eleitoral, o ministro procurou rebater críticas feitas a ele pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Um candidato totalmente despreparado disse: ‘Ah, o Paulo Guedes quer privatizar praia. Tolo. Não é privatizar praias, as praias serão sempre públicas. Ao contrário, são os terrenos em frente à praia que pertencem à Marinha’”, frisou o ministro.

Paulo Guedes também afirmou que existe um grande interesse de grupos estrangeiros sobre as concessões das praias brasileiras. Ele sugeriu ainda autorizar a venda de imóveis da União para a criação do “Fundo Brasil”, que seria destinado ao enfrentamento da pobreza, à redução da dívida pública, e a políticas de infraestrutura.

Ele sugeriu ainda a venda de títulos da carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a fim de reforçar o fundo. “Vendemos R\$ 100 bilhões do BNDES, e em vez de tudo isso ir para abater dívida, vamos mandar metade para gerações futuras. Vamos pegar 25% para um fundo de erradicação de pobreza e 25% para um fundo de infraestrutura pública”, afirmou. (RG)

COLOQUE SURPRESAS NA CAIXINHA.



SUZUKI

Tech and Soul

TÔ NUMA BOA. TÔ DE JIMNY SIERRA

JIMNYSIERRA.COM.BR

JUNTOS SALVAMOS VIDAS.